

## Notas sobre a esfera política e social no pensamento dependentista de Ruy Mauro Marini

*Notes on the political and social sphere in Ruy Mauro Marini's dependency theory*

Danilo Augusto da Silva Horta<sup>1</sup>

**Resumo:** Nas últimas duas décadas, se processou, na academia brasileira, uma tentativa de resgate da obra de Ruy Mauro Marini, um dos principais autores da Teoria Marxista da Dependência (TMD), por muito marginalizado dos principais centros acadêmicos nacionais. Apesar de ter escrito centenas de trabalhos sobre política, economia e sociedade na América Latina, grande parte desse resgate se procedeu a partir da retomada da compreensão de Marini sobre a dependência, especialmente no campo das ciências econômicas. Reconhecendo a presença implícita e explícita das esferas políticas e sociais na análise de Marini sobre a situação econômico-dependente e as dinâmicas dela oriunda, o presente trabalho tem por objetivo explicitar a compreensão do político e do social que guiam as obras de Marini — presentes, mas marginalizadas das análises de sua obra seminal, a Dialética da Dependência — e apontar para a maneira pela qual as inter-relações entre o econômico, o político e o social aparecem na obra do autor. Após explicitar a presença de teorizações sobre o político e o social na obra de Marini e analisar as inter-relações destas com o econômico, buscou-se defender a realização de novas pesquisas a partir das construções teóricas realizadas por Ruy Mauro em suas obras, fato este que pode servir para fortalecer a compreensão acerca da situação econômico-dependente e para a realização de novos desenvolvimentos teóricos a partir da TMD. Para atingir os objetivos do trabalho, adotou-se o método de abordagem hipotético-dedutivo. Adotou-se, como método procedimental, o levantamento bibliográfico e a posterior revisão de literatura.

**Palavras-Chaves:** Teoria Marxista da Dependência; Ruy Mauro Marini; Estado; Sistema de dominação; Ideologia;

**Abstract:** In the last two decades, an attempt has been made in the Brazilian academy to rescue the work of Ruy Mauro Marini, one of the main authors of the Marxist Theory of Dependency (TMD), marginalized by the main national academic centers. Despite having written hundreds of works on politics, economy and society in Latin America, a large part of this rescue proceeded from the resumption of Marini's understanding of dependence, especially in the field of economic sciences. Recognizing the implicit and explicit presence of the political and social spheres in Marini's analysis of the economic-dependent situation and the dynamics arising from it, the present work aims to explain the understanding of the political and the social that guide Marini's works, present, but marginalized, from the analyzes of his seminal work, and point to the way in which the interrelationships between the economic, the political and the social appear in the author's work. After explaining the presence of theorizations about the political and the social in Marini's work and analyzing their interrelationships with the economic, we sought to defend the carrying out of new research based on the theoretical constructions carried out

---

<sup>1</sup> Mestrando em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (PPGCP/UNICAMP). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: [danielosilvahorta@gmail.com](mailto:danielosilvahorta@gmail.com)

by Ruy Mauro in his works, a fact that can serve to strengthen the understanding about the economic-dependent situation and to carry out new theoretical developments from the TMD. To achieve the objectives of the work, the hypothetical-deductive method of approach was adopted. The bibliographical survey and subsequent literature review were adopted as a procedural method.

**Keywords:** Marxist Dependency Theory; Ruy Mauro Marini; State; Domination system; Ideology

## 1. Introdução

A Teoria da Dependência se constitui em uma das principais teorias econômicas e sociológicas oriundas da América Latina. Sua relevância não se deu apenas pelo grande impacto nas academias e setores políticos latino-americanos, especialmente nas décadas de 1960, 1970 e 1980 (BICHIR, 2017), mas por sua penetração em diversos círculos sociais e intelectuais dos principais centros do capitalismo global. Além de ser muito relevante, a potência teórica da “Escola da Dependência” foi responsável por assegurar importantes avanços na compreensão das dinâmicas presentes no sistema capitalista mundial e das especificidades socioeconômicas e políticas dos países dependentes, tal como destaca Traspadini e Stedile (2005, p. 8)

Essa escola se caracterizou como um espaço de múltiplas reflexões e interpretações tanto sobre o subdesenvolvimento quanto sobre a espoliação dos países do Terceiro Mundo, em geral, e da América Latina, em particular, pelo capitalismo internacional. Essas reflexões remavam contra a maré da hegemonia intelectual da época, que era monopolizada por dois tipos de vertentes diferentes: de um lado, os pensadores aglutinados ao redor da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), como Celso Furtado e Ignacio Rangel, que tiveram fortes influências no governo Goulart e na academia em geral. E, de outro, as interpretações do marxismo capitaneado pela hegemonia que detinha, na esquerda, o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Contra essa hegemonia absoluta, surge então as idéias refletidas no interior da Escola da Dependência, para explicar a situação do subdesenvolvimento e do desenvolvimento a partir de uma outra ótica.

Se a “Escola da Dependência” apresenta grande potência e influência no campo intelectual e no campo político, é fundamental destacar que as distintas vertentes dessa escola não tiveram o mesmo êxito e aceitação. Em suma, a vertente weberiana, cujos principais expoentes são Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, menos radical e, de maneira alguma, revolucionária, foi aceita em grande medida pelas academias latino-americanas (com destaque para a brasileira) e pelos intelectuais dos países centrais. Isso ocorre tanto porque a vertente weberiana da “Escola da Dependência” ganha força no momento histórico em que já se observava a falência do modelo de substituição de importações, empregado por diversos países latino-americanos e por muito defendido

pelos teóricos da Cepal, quanto porque esta teoria não se contrapunha, e em muitos sentidos se associava, ao pensamento neoliberal que germinava e se desenvolvia nas décadas de 1970 e 1980. Tal como apontado por Marisa Amaral (2012, p. 41):

Sintetizando essas questões e tentando caminhar para uma crítica a esta vertente weberiana da teoria da dependência, podemos dizer que a corrente dependentista representada por Cardoso e Faletto defende o desenvolvimento capitalista periférico em associação com o centro do sistema mundial, o que se daria em meio a manutenção, por parte dos países periféricos, de condições favoráveis ao crescimento do fluxo de capitais externos, tanto no sentido de superar sua escassez por divisas, quanto no sentido de garantir, sob a forma de investimentos diretos, o crescimento econômico. O ponto crucial é que, por detrás desta necessidade de atrair capitais externos está a necessidade de abertura e desregulamentação de mercados, o que nos leva a concluir que “o desenvolvimento capitalista associado e neoliberalismo são termos distintos para uma mesma proposta”. (AMARAL, 2012, p. 41, apud CARCANHOLO, 2004, p. 14)

Enquanto a vertente weberiana da “Escola da Dependência” ganhava força e influência nos meios intelectuais latino-americanos e mundiais, a vertente marxista da Teoria da Dependência (TMD), apesar de apresentar grande importância teórica e relevância política em diversos países latino-americanos (como no Chile e no México, por exemplo), enfrentava sérias resistências políticas e intelectuais, especialmente no Brasil e nos países centrais, muitas delas frutos de atuações ativas dos teóricos weberianos da “Escola da Dependência”, especialmente de Fernando Henrique Cardoso (TRASPADINI, STEDILE, 2005).

De maneira geral, a TMD compreende que a dependência se constitui enquanto um elemento central das economias periféricas/dependentes latino-americanas e que a situação econômico-dependente tanto tem relação direta com as dinâmicas existentes no sistema capitalista mundial quanto tem efeitos diretos/basilares para a reprodução da acumulação de capital nesse mesmo sistema. Tal como destacado por Amaral (2012, p. 45):

Enfim, o que se pretende esclarecer é que, na concepção marxista, só é possível entender o que acontece nos países subdesenvolvidos quando vemos seu desenvolvimento enquanto um processo de produção e reprodução dependente, ponto de partida que está presente em todos os autores desta vertente. Esse sistema é dependente porque reproduz um sistema produtivo cujo desenvolvimento é limitado por relações mundiais que necessariamente levam ao desenvolvimento somente de certos setores da economia, por condições tradicionalmente desiguais, por uma competição doméstica com o capital internacional em condições de desigualdade e pela imposição de relação de superexploração da força de trabalho doméstica, possibilitando a divisão do excedente econômico, por ela gerado, entre forças externas e internas de dominação.

Dentre os teóricos marxistas da “Escola da Dependência” estão André Gunder Frank, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Ruy Mauro Marini e outros. Todos estes

autores trouxeram grandes contribuições para o debate da dependência, para a compreensão das especificidades das sociedades e economias latino-americanas e para a compreensão das relações desta região com as dinâmicas econômicas existentes no capitalismo mundial. Apesar disso, entendemos que foi Ruy Mauro Marini aquele que apresentou as mais potentes contribuições teóricas da vertente marxista da “Escola da Dependência”, tal como apontado por Traspadini e Stedile (2005, p. 8):

Ruy Mauro Marini se destaca no grupo, pelo rigor metodológico e pela preocupação de entender os mecanismos internos e externos próprios de uma relação de dependência permanente sob a égide do capitalismo, cada vez mais sem fronteiras, com suas idéias e conceitos - materialismo histórico e dialético, o método da economia política.

Ruy Mauro Marini produziu centenas de artigos científicos, textos acadêmicos e jornalísticos, discursos e palestras. A obra de Marini não é apenas extensa, mas também é plural. Bichir (2017), ao versar sobre a produção teórica de Marini diz:

[...] o conjunto de sua produção teórica é bastante amplo, abrangendo estudos dedicados à interpretação de realidades particulares, como a brasileira e a chilena, passando por temáticas como democracia, integração regional, universidade e movimento estudantil, processos revolucionários e contrarrevolucionários, bem como reflexões em torno das vanguardas – políticas e do pensamento político e social adotando a América Latina como ponto de partida e chegada para suas reflexões. (BICHIR, 2017, p. 107)

Apesar de ter realizado uma grande variedade de textos acadêmicos e análises político-econômicas, as principais e mais influentes contribuições teóricas de Ruy Mauro Marini se devem, sem dúvidas, a um dos seus principais trabalhos, a *Dialética da Dependência*, lançado em 1973. De acordo com Traspadini e Stedile (2005, p. 30-31):

A dialética da dependência foi o texto mais importante gerado no debate da Escola da Dependência. Nesse texto encontram-se os elementos centrais que foram necessários para a se retomar o debate sobre o desenvolvimento latino-americano a partir de outro lugar. Em vez do enfoque capitalista, inclusive aquele centrado nos referenciais da Cepal, sustentava-se agora o argumento em método, conteúdo e proposição a partir do ideário socialista de Marx, Engels, Lênin e Rosa Luxemburgo.

A *Dialética da Dependência* constitui um trabalho fundamental para a compreensão da obra de Ruy Mauro Marini e também para a Teoria Marxista da Dependência, apesar de ser um texto sucinto e apenas uma introdução/ensaio, tal como descrito por Marini (2005 [1973]) no *post-scriptum* denominado “Sobre a *Dialética da Dependência*”:

Inicialmente, minha intenção foi a de escrever um prefácio ao ensaio precedente [a *Dialética da Dependência*]. Mas é difícil apresentar um trabalho que é por si mesmo uma apresentação. E *Dialética da dependência* não pretende ser senão isto: uma introdução à temática de investigação que vem me ocupando e às linhas gerais que orientam este trabalho. Sua publicação oferece o propósito de adiantar algumas conclusões a que tenho chegado,

suscetíveis talvez a contribuir com o esforço de outros que se dedicam ao estudo das leis de desenvolvimento do capitalismo dependente, assim como com o desejo de oferecer a mim mesmo a oportunidade de contemplar seu conjunto com o terreno que busco desbravar. (MARINI, 2005 [1973], p. 181).

Neste trabalho seminal, Ruy Mauro Marini busca analisar a forma pela qual a América Latina é inserida no sistema capitalista mundial; a maneira pela qual esta inserção é basilar para a conformação da dependência; a importância da dependência para a reprodução do sistema capitalista mundial; os motivos que asseguram a reprodução da situação econômico-dependente ao longo do tempo e os efeitos da dependência para as economias latino-americanas. Dentre todos os argumentos desenvolvidos na Dialética, entendemos que 4 deles são centrais para a compreensão da situação econômico-dependente na visão de Ruy Mauro Marini (2017 [1973]): 1º) o fato da América Latina ser inserida no sistema capitalista mundial com o objetivo de abastecer os mercados dos países centrais com bens-alimentícios e matérias-primas; 2º) o fato de que a existência da troca desigual no comércio internacional assegura a transformação do eixo de acumulação da mais valia-absoluta para a mais-valia relativa nos países centrais, e que essa transformação é possibilitada por uma maior exploração dos trabalhadores nos países dependentes, tornando a dependência basilar para a reprodução do sistema capitalista mundial; 3º) o fato de que a existência da troca desigual, e a consequente transferência de mais-valor dos países dependentes para os centrais, leva à existência da superexploração da força de trabalho nos países dependentes, sendo a superexploração um mecanismo de compensação do mais-valor transferido pelas economias dependentes e 4º) o fato de que a existência da superexploração do trabalho gera dinâmicas específicas para as economias dependentes, visto a existência de uma separação entre produção e circulação de mercadorias. Conforme buscaremos demonstrar posteriormente, a situação econômico-dependente faz, na concepção de Marini, com que observemos diferenças na esfera política dos países dependentes em relação aos países centrais. Devido a importância central da Dialética para os estudos da situação dependente a partir dos escritos de Ruy Mauro Marini, acreditamos ser basilar explicar, mesmo que de maneira sucinta, os principais argumentos desenvolvidos neste trabalho. Façamos isto.

De acordo com Marini (2017 [1973]), a América Latina, desde os processos de colonização, se desenvolve em consonância com as dinâmicas dos países centrais. Em um primeiro momento, a região cumpre a função de atender as demandas por matérias-primas e bens-alimentícios dos países centrais, função esta que asseguraria aos últimos a capacidade de processar seus respectivos processos de industrialização. Após a revolução

industrial, que ocorre inicialmente na Inglaterra e depois nos demais países centrais, os países latino-americanos seriam, na concepção de Marini (2017 [1973]), introduzidos na divisão internacional do trabalho. A inserção dos países latino-americanos na divisão internacional do trabalho, no século XIX, gestaria uma dinâmica em que caberia aos países latino-americanos produzir os bens-alimentícios e matérias-primas requeridos pelos países centrais e consumir os produtos industriais oriundos dos mesmos, além de receber capital excedente destes últimos a fim de valorizá-los via pagamento de juros (MARINI, 2017 [1973]).

É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida. (MARINI, 2017 [1973], p. 327)

As funções cumpridas pelos países latino-americanos na divisão internacional do trabalho seriam basilares para assegurar aos países centrais a capacidade de expandir suas bases industriais, tanto porque os primeiros passaram a suprir as necessidades de alimentos e matérias-primas dos últimos, fato extremamente importante para a manutenção e expansão da industrialização nesses países (visto as mudanças no consumo que este processo causa), quanto pelo fato de que, dada a troca desigual existente no comércio internacional, a função dos países latino-americanos assegura um barateamento da força de trabalho nos países centrais (visto que a depreciação dos preços dos bens-salários tem por efeito a diminuição do valor da força de trabalho nos países centrais), possibilitando, assim, a transformação do eixo de acumulação em tais países:

O que importa considerar aqui é que as funções que cumpre a América Latina na economia capitalista mundial transcendem a mera resposta aos requisitos físicos induzidos pela acumulação nos países industriais. Mais além de facilitar o crescimento quantitativo destes, a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar com essa mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base em uma maior exploração do trabalhador. É esse caráter contraditório da dependência latino-americana, que determina as relações de produção no conjunto do sistema capitalista, o que deve reter nossa atenção. (MARINI, 2017 [1973], p. 328).

A inserção da América Latina na economia capitalista responde às exigências da passagem para a produção de mais-valia relativa nos países industriais. Esta é entendida como uma forma de exploração do trabalho assalariado que, fundamentalmente com base na transformação das condições técnicas de produção, resulta da desvalorização real da força de trabalho. (MARINI, 2017 [1973], p. 328)

Em essência, se as funções cumpridas pela América Latina asseguram a mudança do eixo de acumulação da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa nos países centrais, essa mudança só é possível pela existência da troca desigual. Por sua vez, a troca desigual constituiria, para Marini (2017 [1973]), um mecanismo de transferência de mais-valor dos países dependentes para os centrais, que existiria porque, no comércio internacional, os produtos primários são trocados a preços inferiores a seu valor real. Portanto, entende-se que a troca desigual se constitui como um mecanismo, existente no comércio internacional, que permite aos países centrais burlarem a lei do valor (leis da troca, nas palavras de Marini), uma vez que o intercâmbio de mercadorias expressa as trocas, em valor, de equivalentes (MARINI, 2017 [1973]). Tal como apontado por Marini:

Teoricamente, o intercâmbio de mercadorias expressa a troca de equivalentes, cujo valor se determina pela quantidade de trabalho socialmente necessário que as mercadorias incorporam. Na prática, observam-se diferentes mecanismos que permitem realizar transferências de valor, passando por cima das leis da troca, e que se expressam na forma como se fixam os preços de mercado e os preços de produção das mercadorias. Convém distinguir os mecanismos que operam no interior de uma mesma esfera de produção (tratando-se de produtos manufaturados ou de matérias primas) e os que atuam no marco de distintas esferas que se inter-relacionam. No primeiro caso, as transferências correspondem a aplicações específicas das leis de troca; no segundo, adotam mais abertamente o caráter de transgressão delas. (MARINI, 2017 [1973], p. 331)

No segundo caso — transações entre nações que trocam distintas classes de mercadorias, como manufaturas e matérias primas — o mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual. Isso implica que as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem, e que essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes venda mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade. Neste último caso, a transferência de valor é dupla, ainda que não necessariamente apareça assim para a nação que transfere valor, já que seus diferentes provedores podem vender todos a um mesmo preço, sem prejuízo de que os lucros se distribuam desigualmente entre eles e que a maior parte do valor cedido se concentre em mãos do país de produtividade mais elevada (MARINI, 2017 [1973], p. 332).

A existência da troca desigual no comércio internacional, mecanismo de transgressão da lei do valor e que acarreta na transferência de mais-valor dos países dependentes para os países centrais em suas relações comerciais, faz com que exista, nos países dependentes, mecanismos de compensação do mais-valor perdido nas trocas

internacionais (MARINI, 2017 [1973]). O principal destes mecanismos é a superexploração da força de trabalho. De acordo com Marini (2017, p. 332):

[...] para aumentar a massa de valor produzida, o capitalista deve necessariamente lançar mão de uma maior exploração da força de trabalho, seja através do aumento de sua intensidade, seja mediante a prolongação da jornada de trabalho, seja finalmente combinando os dois procedimentos. A rigor, só o primeiro — o aumento da intensidade do trabalho — se contrapõe realmente às desvantagens resultantes de uma menor produtividade do trabalho, já que permite a criação de mais valor no mesmo tempo de trabalho. Factualmente, todos contribuem para aumentar a massa de valor realizada e, por isso, a quantidade de dinheiro obtida através da troca. Isso é o que explica, neste plano da análise, que a oferta mundial de matérias primas e alimentos aumente à medida que se acentua a margem entre seus preços de mercado e o valor real da produção.

Vimos que o problema colocado pela troca desigual para a América Latina não é precisamente o de se contrapor à transferência de valor que implica, mas compensar a perda de mais-valia, e que, incapaz de impedi-la no nível das relações de mercado, a reação da economia dependente é compensá-la no plano da produção interna. O aumento da intensidade do trabalho aparece, nessa perspectiva, como um aumento da mais-valia, obtido através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva. O mesmo se poderia dizer da prolongação da jornada de trabalho, isto é, do aumento da mais-valia absoluta na sua forma clássica; diferentemente do primeiro, trata-se aqui de aumentar simplesmente o tempo de trabalho excedente, que é aquele em que o operário continua produzindo depois de criar um valor equivalente ao dos meios de subsistência para seu próprio consumo. Deve-se assinalar, finalmente, um terceiro procedimento, que consiste em reduzir o consumo do operário mais além do seu limite normal, pelo qual "o fundo necessário de consumo do operário se converte de fato, dentro de certos limites, em um fundo de acumulação de capital", implicando assim em um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente (MARINI, 2017 [1973], p. 333)

Pois bem, os três mecanismos identificados — a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho — configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva (MARINI, 2017 [1973], p. 334)

A superexploração da força de trabalho, mecanismo de compensação dos valores perdidos nas trocas internacionais, constitui, portanto, um dos elementos basilares da dependência, visto que é a existência da primeira que assegura a existência da segunda. A existência e reprodução da superexploração da força de trabalho seria assegurada pelo grande exército industrial de reserva existente nas economias latino-americanas. Isso ocorre pois, para Marini (2017 [1973]), a superexploração só se mantém quando os capitalistas possuem condições de repor, com facilidade e baixo custo, a força de trabalho desgastada, isto é, quando existe uma oferta de trabalho barata e totalmente elástica. Roberta Traspadini e João Stedile (2005) apontam para outros elementos que são essenciais para a existência da superexploração da força de trabalho:



Essa remuneração perversa ocorre, segundo Marini, devido a alguns mecanismos essenciais: a) mão-de-obra abundante no continente, antes a serviço do trabalho escravo, agora a serviço do trabalho assalariado mal remunerado; b) estruturas sindicais débeis, corroborando o sistema de exploração em vez de lutar contra o mesmo; c) uma classe operária historicamente jovem, que não tinha ainda consciência para si, nem acúmulo ideológico de um projeto socialista; d) poder da burguesia nacional diretamente associado aos interesses da burguesia internacional; e) Estado que responde aos interesses do modo de reprodução do capital. (TRASPADINI; STEDILE, 2005, p. 35)

A existência da superexploração da força de trabalho faz com que se observe, nos países dependentes, especificidades econômicas, sociais e políticas. Na Dialética da Dependência, Marini, dando foco aos efeitos econômicos da existência da superexploração da força de trabalho, diz que esta última faz com que, nos países dependentes, se observe uma separação entre dois momentos fundamentais do ciclo do capital: o da produção e da circulação de mercadorias (MARINI, 2017 [1973]). Em essência, Marini (2017 [1973]) compreende que a produção dos países latino-americanos se volta para o atendimento das demandas dos países centrais; isso faz com que os processos produtivos existentes na América Latina não dependam da capacidade de consumo existente nos mercados internos dos países dessa região, de modo que os trabalhadores não são, e nem há a pretensão que estes sejam, consumidores, diferentemente do que ocorreu, historicamente, nos países centrais.

Nascida para atender as exigências da circulação capitalista, cujo eixo de articulação está constituído pelos países industriais, e centrada, portanto, sobre o mercado mundial, a produção latino-americana não depende da capacidade interna de consumo para sua realização. Opera-se, assim, desde o ponto de vista do país dependente, a separação dos dois momentos fundamentais do ciclo do capital — a produção e a circulação de mercadorias — cujo efeito é fazer com que apareça de maneira específica na economia latino-americana a contradição inerente à produção capitalista em geral, ou seja, a que opõe o capital ao trabalhador enquanto vendedor e comprador de mercadorias. (MARINI, 2017 [1973], p. 337)

Na economia exportadora latino-americana, as coisas se dão de outra maneira. Como a circulação se separa da produção e se efetua basicamente no âmbito do mercado externo, o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto, ainda que determine a taxa de mais-valia. Em consequência, a tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem se preocupar em criar as condições para que este a reponha, sempre e quando seja possível substituí-lo pela incorporação de novos braços ao processo produtivo. (MARINI, 2017 [1973], p. 337-338)

A separação entre as esferas de produção e circulação criarão fenômenos diversos, alguns tratados na própria Dialética da Dependência. Dentre eles podemos citar a estratificação do consumo no mercado interno dos países dependentes; as especificidades

no processo de industrialização nesses países e a necessidade de forte atuação do Estado para a criação de demanda, especialmente no exterior via subimperialismo.

O que descrevemos aqui compõe os principais elementos da situação econômico-dependente segundo os escritos e teorizações de Marini na Dialética. Naturalmente, por conta dos objetivos buscados por Ruy Mauro em seu trabalho seminal, o elemento econômico faz-se central, possuindo maior relevância do que o político e o social; mas isto não quer dizer que estes últimos sejam marginais ou que sejam excluídos da obra. Muito pelo contrário, o político e o social estão presentes de maneira explícita — como ocorre, por exemplo, no caso do subimperialismo — e implícita na Dialética e são centrais nas mais diversas obras de Marini.

O fato a ser notado é de que os elementos políticos e sociais compõem e são fundamentais para a compreensão da situação econômico-dependente, sendo isso reconhecido pelo próprio Marini no *post-scriptum* “Sobre a Dialética da Dependência”, texto em que o autor rebate críticas e desenvolve aspectos teóricos da Dialética:

Essas são questões substantivas de meu ensaio, que conviria detalhar e esclarecer. Elas estão reafirmando a tese central que ali se sustenta, isto é, a de que o fundamento da dependência é a superexploração do trabalho. Não nos resta, nesta breve nota, senão advertir que as implicações da superexploração transcendem o plano da análise econômica e devem ser estudadas também do ponto de vista sociológico e político. (MARINI, 2005 [1973], p. 194)

Se as consequências da superexploração (e consequentemente da dependência) ultrapassam o plano econômico, compreender suas implicações sobre o político e social faz-se extremamente necessário. Apesar da importância do político e do social estar clara nos escritos de Ruy Mauro, não se encontra, na obra do autor, uma teorização aglutinada sobre os efeitos da situação econômico-dependente sobre as esferas política e social; ao contrário, em vários de seus escritos (para não dizer em todos) os efeitos da estrutura econômica sobre a esfera política e social aparecem, de maneira diversa, de modo implícito e explícito — tal como ocorre na Dialética. Sendo possível observar várias inter-relações entre o econômico, político e social na obra de Marini, realizar um esforço a fim de aglutinar e sistematizar o entendimento do autor sobre tais inter-relações parece algo fundamental. Um esforço neste sentido foi realizado por Maíra Bichir (2017), cujo objeto de estudo foi o Estado e o Estado dependente na obra dos autores da TMD; sua tese de doutorado traz contribuições importantes especialmente pelo trabalho de aglutinar e analisar o entendimento de Marini sobre um dos temas centrais no estudo do político: o Estado. De acordo com a autora:

Não há na obra de Marini algum escrito que reúna ou sistematize sua concepção sobre Estado, fato que embora dificulte, não impede que se reconstitua, a partir do agrupamento de elementos dispersos em diferentes momentos de sua produção, a visão do autor sobre tal objeto. (BICHIR, 2017, p. 110-111)

Sendo o Estado um tema central na obra de Marini (embora não se tenha teorização explícita e completa do autor sobre tal) e sendo o político e social determinantes para a compreensão da dependência, entendemos ser possível e benéfico traçar apontamentos sobre estas esferas na obra do teórico da dependência. O presente artigo tem por objetivo central realizar apontamentos sobre as esferas política e social na obra de Ruy Mauro Marini, fato este que pode ser benéfico para o desenvolvimento de pesquisas que visem, a partir da estrutura dependente, compreender dinâmicas socioeconômicas e políticas presentes no sistema capitalista mundial e nos diversos países dependentes.

Partindo da grande contribuição teórica realizada por Maíra Bichir (2017) em sua tese de doutorado, onde há a sistematização da concepção de Marini sobre o Estado e sobre o Estado dependente (e conseqüentemente sobre o político), o presente artigo busca atingir seu objetivo central a partir da análise do papel do Estado e da ideologia para Ruy Mauro. Neste trabalho não se pretende apenas realizar uma sistematização, mas apresentar elementos e realizar apontamentos que possam contribuir para a realização de novas pesquisas a partir dos desenvolvimentos teóricos de Marini.

Para atingir o objetivo central deste trabalho, o subdividimos em 4 seções distintas, contando com esta introdução. Na segunda seção, buscou-se discorrer e analisar acerca da compreensão de Ruy Mauro Marini sobre o Estado, a ideologia (ou mais especificamente o sistema de dominação) e a atividade política (especialmente aquela que se relaciona com os aparelhos estatais). Na terceira seção, buscou-se explorar e analisar, a partir das tipologias dos Estados latino-americanos realizadas por Ruy Mauro, as inter-relações existentes entre as dinâmicas de acumulação, as disputas intraclasse e a hegemonia de frações da burguesia sobre o Estado e sobre o sistema de dominação/ideologia; além disso, aponta-se que a compreensão de Marini sobre tais inter-relações nos permite pensar aspectos da contemporaneidade. Na quarta e última seção, buscou-se sistematizar, visando a finalização, as principais conclusões alcançadas neste trabalho e apontar possibilidades que as teorizações de Marini sobre as esferas política e social apresentam para o desenvolvimento de distintas agendas de pesquisa.

## 2. O Estado e o político nas obras de Ruy Mauro Marini

O Estado é um tema presente na obra de Ruy Mauro Marini. De acordo com Maíra Bichir (2017, p. 108), os termos Estado, aparelho de Estado e aparelho estatal aparecem em centenas de artigos e trabalhos de Marini. Esses termos, apesar de aparecerem de maneira constante nas mais diversas discussões do autor, apresentam importância variada em seus trabalhos: em alguns textos aparecem de maneira marginal e em outros são centrais para a compreensão de processos distintos, como ocorre, por exemplo, nos casos do subimperialismo e do Estado de contrainsurgência. Devido à falta de uma sistematização das concepções de Marini sobre a temática, Bichir (2017, p. 109) diz: “ainda que a análise dos escritos de Marini evidencie que o tema do Estado não ocupa lugar central na obra do autor, há contribuições importantes do autor à reflexão em torno de tal temática”. A falta de uma sistematização explícita nas teorizações de Marini acerca do Estado, conforme apontado por Bichir (2017, p. 110-111), não implica, em nossa concepção, em uma falta de centralidade do Estado nas teorizações do autor, especialmente quando consideramos que a compreensão de Marini sobre o tema e sobre as dinâmicas políticas envolvendo os diversos aparelhos estatais aparecem, não raro, de maneira implícita em seus textos e análises e que são centrais, ou pelo menos relevantes, nas mais influentes/importantes formulações teóricas do autor.

Primeiramente é fundamental destacar que Marini, assim como grande parcela da tradição marxista-leninista, compreende o Estado como um aparelho de dominação de classe. Essa compreensão, expressa com clareza no manifesto comunista, lançado pela primeira vez em 1848, de Marx e Engels, e desenvolvida de diversas formas por outros autores marxistas como Lênin, se manteve e se mantém, dentro do marxismo, como uma compreensão aceita e reproduzida. Além disso, como buscaremos demonstrar, a ideia de que o político se associa às transformações econômicas será desenvolvida por Marini ao versar sobre a tipologia dos Estados latino-americanos.

A compreensão do Estado como um aparelho de dominação de classe aparece e é incorporada na grande maioria dos escritos de Marini, muito embora também se observe textos em que o autor trata o Estado de maneira relacional, como fruto das relações de força da sociedade (BICHIR, 2017). A compreensão do Estado como um aparelho (ou instituição) de dominação de classe advém de uma aproximação de Marini com os autores marxista clássicos e com autores clássicos do imperialismo, e também de uma certa

contraposição às teorias marxistas contemporâneas que tratam o Estado em sentido ampliado. Tal como ressaltado por Maíra Bichir:

Embora a problemática do Estado não tenha ocupado lugar central nas obras de Marini, a confrontação com seus escritos, por um lado, e com os programas de dois de seus cursos, História mundial econômica I e II, oferecidos na *Universidad Nacional Autónoma México* de 1980, (UNAM), por outro, permitem afirmar que Marini estava familiarizado não apenas com a discussão do Estado nos autores marxistas clássicos — Karl Marx, Friedrich Engels, Vladimir I. Lênin, Antonio Gramsci, Karl Kautsky e Rosa Luxemburgo, como também com os debates que lhe eram contemporâneos, nas figuras de Louis Althusser, Nicos Poulantzas e Ralph Miliband, que, a partir de suas originais contribuições, trouxeram novo fôlego ao estudo do Estado sob a ótica do marxismo. Sua filiação teórica ao marxismo, nesse sentido, além de se mostrar evidente em sua análise sobre o processo de acumulação e reprodução capitalista, também se explicita em seu entendimento acerca do aparelho estatal, na medida em que destaca como elemento central sua indissociabilidade com a dominação de classe. (BICHIR, 2017, p. 111).

A indissociabilidade do aparelho estatal com a dominação de classe se constitui em um aspecto central da obra do teórico da dependência, tal como pode ser observado em diversos de seus escritos. Em seu texto denominado *La pequeña burguesía y el problema del poder*, lançado pela primeira vez em 1973, mas compilado no livro *Estudios sobre Chile* de 1976, Marini descreve:

Entendido como capacidad coercitiva, el poder político en la sociedad capitalista lo ejerce la burguesía a través del Estado, con el fin de someter a su explotación de clase a los demás grupos sociales. Es por esta razón que la teoría marxista identifica al Estado con el aparato burocrático-represivo representado por el gobierno, la burocracia, los tribunales, las prisiones, la policía, las fuerzas armadas. Esa expresión material del poder burgués se completa con el derecho, el cuerpo de normas cuya infracción activa automáticamente al aparato estatal para forzar su cumplimiento e imponer sanciones. (MARINI, 1976 [1973], s/p)

Neste texto, a aproximação de Marini com a perspectiva Leninista acerca do Estado está clara, uma vez que este defende a tomada do Estado burguês como meio de assegurar aos trabalhadores sua capacidade de atingir seus objetivos de classe.

La burguesía ha utilizado el poder estatal como instrumento de la clase capitalista contra el proletariado, contra todos los trabajadores. Así sucedió siempre en las repúblicas burguesas más democráticas. Sólo los traidores al marxismo han “olvidado” esto. [...] El proletariado debe derrocar a la burguesía (concentrando para ello “brigadas de choque” políticas y militares, que sean bastante fuertes); debe arrebatárle el poder estatal para hacer que este instrumento funcione de acuerdo con sus objetivos de clase. (MARINI, 1976 [1973], s/p)

A contraposição à concepção do Estado em sentido ampliado, tal como fazem Althusser e Poulantzas, leva Marini a desenvolver e adotar o conceito de sistema de dominação. Isso se dá pois, na concepção de Marini, a compreensão do Estado em sentido ampliado acaba por retirar a especificidade do aparelho estatal, isto é, sua especificidade

como aparelho burocrático-repressivo, fundamental para a dominação de classe (BICHIR, 2018; BICHIR, 2017). Ou seja, a negação do conceito de Estado ampliado leva Marini a criar e adotar o conceito de sistema de dominação. Este conceito também aparece no texto *“La pequeña burguesía y el problema del poder”* e é fundamental para a compreensão das especificidades do papel da ideologia na dominação de classe, ou mais especificamente, do papel do sistema de dominação.

Esta concepción del Estado —el Estado como esfera de la coerción, para decirlo con Lenin — se diluye cuando se le borran los límites, hasta hacerlo coincidir con el sistema de dominación sobre el cual reposa. Es lo que han hecho recientemente Althusser y, en cierta medida, Poulantzas, cuando, recurriendo a algunas proposiciones de Gramsci, desarrollan el tema de los aparatos ideológicos del Estado: escuela, sindicato, partidos, iglesias, medios masivos de comunicación, familia. Por esto nos parece útil distinguir entre el sistema de dominación, que incluye el conjunto de elementos en los que una clase basa su poder, y la expresión institucional de ese poder, el Estado, tomado como cúspide del sistema de dominación. El carácter más o menos autoritario que asume la dominación de clase reside precisamente en el grado de absorción por el Estado de las funciones sociales; o, para usar la expresión de Marx, en el grado en que los intereses comunes que se contraponen a la sociedad como intereses superiores generales se incorporan directamente al aparato del Estados. (MARINI, 1976 [1973], s/p)

O sistema de dominação assume um sentido ampliado e é composto pelo conjunto de elementos/instituições pelas quais a classe dominante exerce seu poder (BICHIR, 2017). Tal como apontado por Marini (1976), o Estado, sendo o principal instrumento/instituição de dominação de classe, não apenas faz parte do sistema de dominação, mas ocupa seu “cume”, sendo fundamental para ele. Na concepção do autor (1976), separar o aparelho estatal do sistema de dominação é importante porque a “simples” tomada do Estado não é suficiente para eliminar a dominação de classe, visto que esta se estende às outras instituições que compõem o sistema de dominação, tal como apontado pelo autor:

Es precisamente porque el Estado no es lo mismo que el sistema de dominación que la conquista del aparato estatal burgués no soluciona de golpe el problema del poder proletario. Fue lo que se vio con claridad en la experiencia de la revolución cultural china. Anteriormente, Lenin había insistido en la idea de que la posesión del aparato del Estado por el proletariado le servía a éste esencialmente para desarrollar en mejores condiciones su lucha de clases. (MARINI, 1976 [1973], s/p)

Sendo o Estado um elemento que compõe o sistema de dominação, fica claro que o exercício da política se processa e se expressa nesse mesmo sistema de dominação (e não somente via aparelho estatal). O Estado constitui o cume do sistema de dominação exatamente por conta de sua característica burocrática-repressiva, sendo, em última instância, aquele que assegura o controle da dominação de classe nas outras instituições.

Apesar da importância da capacidade coercitiva do Estado, Marini dá grande importância para os aspectos ideológicos na conformação do sistema de dominação (em última instância, a própria concepção de sistema de dominação resulta da enorme relevância, dada por Marini, à ideologia e seus efeitos na política e sociedade).

En efecto, ningún Estado puede asentarse exclusivamente en la coerción. Aún el Estado esclavista, basado en una relación de opresión-explotación casi indifrazable y que, por eso mismo, se sostiene siempre con las armas en la mano, aún ese Estado es forzado a emplear medios no coercitivos —la costumbre, la idea de la inferioridad del esclavo, etc.— para ejercer su poder. Con el advenimiento de la sociedad burguesa, esto se acentuará, al verse la clase dominante forzada a conciliar la opresión y la explotación de las otras clases con el proyecto histórico que les propuso, centrado en las nociones de igualdad y de libertad, así como de progreso. Esa será la tarea de la ideología burguesa. [...] Arma privilegiada en su lucha por el poder político, la ideología se volvió también, con la burguesía, instrumento de la mayor importancia para ejercerlo. Ninguna clase en la historia, antes de ella, concedió a la ideología papel tan decisivo en su modo de dominación. (MARINI, 1987, s/p)

O exercício do poder político, ou em última instância, a maneira pela qual a dominação de classe se processa via Estado e sistema de dominação, depende não somente das relações envolvendo o aparelho estatal, mas também da ideologia e seus efeitos sobre as diversas e distintas instituições. A ideologia tem seu papel basilar para fundamentar a exploração e opressão imposta pela classe dominante, tal como descrito acerca do “Estado escravagista”, e como, descrito por Marini (1987, s/p) acerca das democracias burguesas:

Portanto, la burguesía debió realizar una labor titánica, hasta convertir a la igualdad en subordinación igual de todos a la ley; a la libertad, en la libre disposición de la propia fuerza de trabajo; y al progreso, en perspectiva individual de promoción social. La piedra de toque de esa construcción ideológica, en el plano de la dominación, fue el concepto de ciudadanía —o la titularidad individual de los derechos políticos— mediante el cual la burguesía escamoteó las clases sociales e hizo a cada uno participe aislado de la vida del Estado. El individuo ha sido confrontado así, sin ninguna defensa, al Estado, fuente y guardián del orden establecido y que cumple su función mediante el monopolio de la fuerza.

Assim sendo, tal como apontado por Bichir (2017; 2018), entendemos que, na concepção de Marini, o Estado, principal instrumento de dominação de classe, ao mesmo em que possui o monopólio do uso da força, sustenta-se na ideologia (e em diversos instrumentos ideológicos, como a cidadania, por exemplo) para assegurar a reprodução do domínio da classe dominante. Ao mesmo tempo, a dominação de classe via ideologia ultrapassa os limites do aparelho Estatal e assegura a reprodução da dominação de classe via outras instituições (MARINI, 1976 [1973]; 1987).

Descrita a compreensão de Marini sobre o Estado e a importância dada ao sistema de dominação, faz-se necessário discorrer sobre um aspecto fundamental para a obra do

autor: a relação entre classes dominantes e o exercício do poder político. Atentemos a isto.

Se o Estado constitui um instrumento de dominação de classe, sendo, no caso do Estado capitalista, um instrumento de dominação e imposição dos interesses da burguesia aos demais setores sociais, importa apontar para o fato de que a burguesia, na concepção de Marini, não constitui um todo homogêneo. Para o autor existem, dentro da burguesia, frações de classe que buscam impor sua hegemonia sobre as demais, e conseqüentemente, sobre toda a sociedade. Tal como apontado por Máira Bichir (2017), a compreensão das relações existentes entre o Estado e a classe dominante aparecem de maneira muito clara em dois textos de Ruy Mauro: o *Estado y crisis en Brasil*, de 1977, e na mesa redonda, *El Estado en América Latina*, de 1975. Nesses dois textos, Marini, analisa as relações existentes entre o Estado e frações de classes latino-americanas, dando foco, portanto, ao Estado dependente; apesar disso, a compreensão de Marini sobre as relações entre Estado e classe dominante num contexto geral estão presentes nestes dois textos. Em *El Estado en América Latina* Marini escreve:

Me gustaría insistir en un punto, que me parece tener importancia para la comprensión del papel del Estado latinoamericano: el de la autonomía relativa del Estado. En la teoría marxista del Estado el término “relativo” indica que, aún en aquellos casos en que el Estado aparece actuando con aparente dependencia, se mantiene directamente vinculado a la o a las clases dominantes que él representa. Esto sucede inclusive si el Estado desarrolla, por torpeza, una política que vulnera intereses de las clases dominantes, como lo señalara Engels en una ocasión (hecho distinto, por supuesto, de que la política del Estado hiera intereses de grupos o fracciones de las clases dominantes, desde que esto no expresa más que la lucha que normalmente se desarrolla en el seno de éstas). (MARINI, 1975, p. 34)

Ello se debe a que la clase dominante deposita en el Estado, en tanto que organización por excelencia de sus intereses, la responsabilidad de conducción de sí misma. Cuando hay suficiente armonía entre las fracciones que la componen, la presencia de los intereses generales de la clase dominante se hace más visible y el margen de autonomía del Estado en lo que se refiere a su interpretación e implementación se restringe. Cuanto más se agudizan los conflictos al interior de la clase dominante, o aun si ésta encuentra ante sí una clase dominada con suficiente fuerza como para contestar su dominación, mayor es ese grado de autonomía. Es por lo que un Estado fuerte, en el sentido de autoritario, es siempre una expresión de debilidad de la clase que él representa. (MARINI, 1975, p. 34)

A luta entre frações de classe pela hegemonia do aparelho Estatal é relevante para a compreensão de Marini sobre o Estado. Na visão do autor, ela não apenas terá influência sobre a forma pelo qual o exercício da política se desenvolve, visto que a classe dominante “deposita no estado a responsabilidade pela condução de si mesma” (MARINI, 1975), mas também será influente e influenciada pelo sistema de dominação presente em cada



sociedade. As políticas adotadas pelo Estado podem ferir o interesse de determinadas frações de classe, colocando-as em campo de disputa com a fração de classe que exerce a hegemonia; quanto menos disputas existirem entre as frações burguesas, maior será seu nível de domínio de classe (e menor a autonomia do Estado) e quanto maior forem as disputas entre as distintas frações de classe, maior será a debilidade de seu domínio sobre o aparelho estatal e maior será a autonomia relativa do Estado (MARINI, 1975; MARINI, 1977).

Além desses aspectos referentes ao Estado, faz-se fundamental ressaltar 3 outras características que são relevantes na teorização de Marini sobre o político. Em primeiro lugar, Marini entende que as disputas existentes entre as frações de classe têm relação direta com as dinâmicas de acumulação; em segundo lugar, a hegemonia de classe, ao ser afetada pela acumulação, tem efeitos diretos sobre o sistema de dominação e sobre a ideologia que a baseia, e depende de mudanças nestas para se manter; em terceiro lugar, ao se transformar a hegemonia de classe e o sistema de dominação, modificam-se as condições de luta de classe. Essas 3 características se encontram dispersas em vários textos do autor, tais como o *Estado y crisis en Brasil*, de 1977; a mesa redonda, *El Estado en América Latina*, de 1975; o texto *Sobre o Estado na América Latina*, de 1991; *La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo*, de 1977, entre vários outros. Por serem voltados a uma compreensão do Estado dependente e da esfera política na América Latina, buscaremos argumentar acerca destas 3 características na próxima seção.

### **3. Estado dependente, frações de classe e sistema de dominação na América Latina: notas sobre a interconexão entre dependência e esfera política na obra de Ruy Mauro Marini**

Teorizar sobre o político na obra de Ruy Mauro Marini não é algo simples, apesar de se fazer importante para a melhor compreensão dos fenômenos envolvendo a situação econômico-dependente. Como ressaltado na introdução, a dependência econômica se processa não somente pela subordinação das economias dependentes às demandas das economias centrais, mas pelo fato de que esta subordinação ocorre em prejuízo às economias periféricas, visto a existência da troca desigual e a consequente transferência de valor que ela acarreta; essas transferências levam a que, nas economias dependentes, existam mecanismos de compensação do mais-valor transferido, dos quais o principal é a superexploração da força de trabalho. Na segunda seção, buscamos analisar a forma pela qual Ruy Mauro compreende o Estado; o papel da ideologia e do sistema de dominação

nas esferas política e social e também a forma pela qual a dominação se processa, isto é, pelas lutas entre classes e intraclasses (lutas entre distintas frações burguesas). Ao realizar as análises dos escritos de Marini, em conjunto com a sistematização realizada por Maíra Bichir (2017; 2018), deduzimos que existem 3 características (para além das já trabalhadas) na compreensão do político em Marini que são observadas em sua análise acerca dos Estados Dependentes Latino-Americanos.

Em nosso entendimento, os estudos acerca dos Estados latino-americanos realizados por Marini demonstram uma interconexão entre as dinâmicas de acumulação, o domínio das frações de classe e o sistema de dominação; mais do que isso, na concepção de Marini, esses três elementos se articulam direta e indiretamente a fim de assegurar a reprodução do capital. Isso pode ser aprendido na sistematização de Marini sobre os “tipos” de Estado presentes na América Latina. Vale fazer a ressalva de que, os tipos de Estado surgem em momentos distintos da dependência (que se modifica com as transformações das dinâmicas de acumulação, não sendo esta estática, muito embora mantenha suas bases — especialmente a superexploração da força de trabalho<sup>2</sup>). Analisemos esse fato. De acordo com o autor:

El Estado moderno en América Latina no escapa a las determinaciones generales del Estado capitalista, en tanto que órgano que instrumenta la dominación de la burguesía en provecho de sus intereses y —en la medida en que cumple esto— subordina a toda la sociedad al imperio del capital. (MARINI, 1975, p. 9).

Na concepção de Marini, os Estados latino-americanos, surgidos com a independência política das respectivas metrópoles coloniais, se constituem, desde seu nascimento, enquanto Estados capitalistas. Apesar de serem estados capitalistas, a formação do Estado burguês na América Latina deriva de um longo processo histórico e apresenta formas políticas que, aparentemente, não condizem com o desenvolvimento das forças produtivas na região, tal como é o caso da monarquia no Brasil, por exemplo. Mas isso é algo apenas aparente, pois para Marini (1975 p. 10): “En la base del Estado encontramos intereses burgueses perfectamente definidos y el motor de la economía, en los casos mencionados, está constituido por áreas en que imperan ya relaciones de tipo capitalista.”. Segue Ruy Mauro:

Históricamente el Estado capitalista en América Latina sólo empieza a constituirse en 1840. El aparato estatal anterior a la independencia era un apéndice del Estado metropolitano, como en toda situación colonial, y no puede considerarse desvinculado de éste. Tras la independencia comienza la difícil gestación del Estado burgués, proceso que se da también —y sobre todo

<sup>2</sup> Tal como apontado por Amaral (2007, 2012a; 2012b) e Marini (1977a)

el de la lucha entre distintas fracciones de las clases dominantes— por imponer su hegemonía sobre las demás. Son las condiciones nacionales, más que las internacionales, las que determinan la duración de ese proceso en cada país, aunque sean las condiciones internacionales las que lo impulsan en todo el continente. (MARINI, 1975, p. 10)

Os países latino-americanos, por constituírem, desde seu nascimento, Estados capitalistas dependentes, possuem, em seu interior, disputas entre as frações de classe dependentes que serão basilares para a configuração das formas políticas adotadas pelos Estados. Tal como ressaltado por Bichir (2017, p. 139):

Segundo Marini, a formação do Estado burguês latino-americano deve ser entendida como um processo de luta entre as distintas frações das classes dominantes, na tentativa por impor sua hegemonia sobre as demais. É precisamente tal elemento que orienta sua periodização dos Estados na América Latina. O autor, além de distinguir entre duas formas distintas de Estado, o Estado oligárquico-burguês e o Estado burguês, faz referência ao populismo, como uma forma de transição entre aqueles dois Estados, e ao Estado militar, produto da crise do Estado burguês. Conforme evidenciamos anteriormente, todas essas formas de Estado, na perspectiva de Marini, correspondem ao mesmo tipo de Estado, o Estado capitalista, contudo a diferenciação elaborada por Marini entre o que ele chama de formas políticas assumidas pelo Estado, não é objeto de elucidação.

Para Marini, em um primeiro momento, em que as economias dependentes apenas exportavam produtos primários e matérias-primas, sem que se observasse qualquer grau relevante de industrialização nesses países, a elite dominante - a oligarquia primário-exportadora, impõe sua hegemonia sobre as demais classes burguesas. Nesse momento temos o Estado oligárquico-burguês:

La forma política que corresponde a la economía exportadora es la del Estado oligárquico-burgués: un Estado capitalista que impone al conjunto de la sociedad el interés de las fracciones de la clase dominante en mejores condiciones para promover la vinculación a la economía mundial, concediendo participación minoritaria a las demás fracciones dominantes locales y aplastando políticamente a la inmensa masa de campesinos y artesanos. (MARINI, 1975, p. 11)

Importa ressaltar que esse Estado contava com seus respectivos instrumentos ideológicos presentes no sistema de dominação, tal como apontado na citação anterior sobre o “Estado escravista” presente no texto denominado “*Alianzas y compromisos en la democracia socialista*”, de 1987 (s/p). Se o Estado oligárquico-burguês é fruto da hegemonia exercida pela fração de classe que o domina — a oligarquia primário-exportadora —, e a ele corresponde determinado sistema de dominação, o mesmo aparece nos outros tipos de Estado.

De acordo com Marini (1975), o Estado Burguês surge, na América Latina, a partir dos anos 1930, sendo fruto de uma ascensão da burguesia média, industrial e comercial (sendo esta ascensão fruto de mudanças nas dinâmicas de acumulação e

resultante de crescentes níveis de industrialização na América Latina que não rompem, mas elevam, apesar de modificar a forma, os graus de dependência dos países latino-americanos, tal como pode ser apreendido do texto *La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo*, de 1977) e de uma aliança desta com outras frações de classe — burguesia latifundiária e mercantil. Importa indicar também para o fato de que o compromisso entre as distintas frações de classe correspondeu a um período histórico em que as dinâmicas de acumulação favorecem ganhos conjuntos para as distintas frações e, conseqüentemente, a formação de consensos e alianças. Tal como apontado pelo autor:

Lo propio del moderno Estado burgués latinoamericano es, por un lado, el hecho de que expresa el ascenso de la burguesía media, industrial y comercial, al mismo tiempo que la alianza o compromiso entre ésta y la antigua burguesía terrateniente y mercantil; por otro lado, el hecho de que crea nuevos mecanismos de dominación respecto a las masas proletarias, campesinas y pequeño burguesas, mecanismos que tienen un doble carácter: al mismo tiempo que amplían su participación en la vida política, extienden y profundizan el control político e ideológico de la burguesía. El populismo es la forma de transición hacia ese Estado. (MARINI, 1975, p. 11)

A ampliação da participação das massas na vida política, via expansão da cidadania e outros instrumentos político-ideológicos, é fundamental para esse novo Estado, em que a burguesia (em conjunto) impõe seu domínio de classe. A aliança e o compromisso existente entre as distintas frações burguesas fazem com que a dominação de classe seja muito efetiva, tendo a burguesia grande domínio sobre o aparelho Estatal e também sobre o sistema de dominação. Convém pensar os benefícios de articular essa compreensão com ideologias como a democracia racial; o aparelhamento dos sindicatos pelos Estados, entre outros fenômenos que, não raro, são tratados de maneira específica e não se observa uma articulação destes com a totalidade, muito embora se processem exatamente neste momento histórico. O populismo tem para Marini (1975), papel central na transição do Estado oligárquico-burguês para o Estado Burguês, tal como apontado por Bichir (2017)<sup>3</sup>. Assim como se processa a transformação do Estado oligárquico-burguês para o Estado Burguês devido às transformações nas dinâmicas de acumulação de capital e às transformações no sistema de dominação (que, em conjunto, alteram as dinâmicas da luta de classes), a passagem do Estado Burguês para outra classe de Estado se processa, também, por conta das transformações nas dinâmicas de acumulação e no sistema de dominação. De acordo com Marini (1975, p. 12):

Por detrás de la crisis y transformación del Estado burgués encontramos una diferenciación de la burguesía, que destaca en su seno una nueva capa: el gran capital, íntimamente asociado al capital extranjero, la cual apela a formas

<sup>3</sup> Para compreender a discussão sobre populismo na obra de Ruy Mauro Marini, ver Bichir (2017, p. 140).

políticas autoritarias para imponer su hegemonía; encontramos, también, un desarrollo y diferenciación del movimiento popular, caracterizados por el crecimiento acelerado del proletariado urbano y rural; encontramos, finalmente, nuevos intereses imperialistas, propios de la fase de integración imperialista de los sistemas de producción, que acusan su presencia en el interior de las sociedades latinoamericanas.

As frações de classe nas economias dependentes latino-americanas, cuja capacidade está diretamente ligada às dinâmicas de acumulação existente no sistema capitalista mundial e aos interesses imperialistas, veem seus poderes e interesses modificados a partir do momento em que, devido às massivas exportações de capital; a elevação da industrialização e a conseqüente maior integração das plantas produtivas latino-americanas com os países imperialistas, se observa uma monopolização das economias latino-americanas, que se processa, em especial, a partir das décadas de 1950 e 1960 (MARINI, 1977; 1980). Isso é abordado tanto no texto *La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo* quanto no texto, *La cuestión del Estado en las luchas de clases en América Latina*, de 1980. Nesse último, Marini analisa o “Estado de Contrainsurgência”, que em sua concepção é fruto das transformações das dinâmicas de acumulação e das transformações no sistema de dominação. De acordo com o teórico, se referindo aos aspectos presentes na concepção de contrarrevolução, basilar para o Estado de contrainsurgência:

La segunda vertiente de la contrarrevolución latinoamericana es la transformación estructural de las burguesías criollas, que tiende a traducirse en modificaciones del bloque político dominante. La base objetiva de este fenómeno es la integración imperialista de los sistemas de producción que se verifica en América Latina, o más exactamente, la integración de los sistemas de producción latinoamericanos al sistema imperialista, mediante las inversiones directas de capital extranjero, la subordinación tecnológica y la penetración financiera. Ello lleva a que, en el curso de los cincuenta, y aún más de los sesenta, surja y se desarrolle una burguesía monopólica, estrechamente vinculada a la burguesía imperialista, en especial norteamericana [...] La integración imperialista corresponde, junto a la superexplotación del trabajo, a la acentuación de la centralización de capital y de la proletarización de la pequeña burguesía. Por esto, agudiza la lucha de clases y apunta a romper el esquema de alianzas adoptado hasta entonces por la burguesía, tanto a causa de las contradicciones existentes entre sus fracciones monopólicas y no monopólicas, como debido a la lucha que se entabla entre la burguesía en su conjunto y la pequeña burguesía, la cual acaba por empujar a ésta hacia la búsqueda de alianzas con el proletariado y el campesinado. [...] El resultado de ese proceso es la ruptura, el abandono de lo que había sido, hasta entonces, la norma en América Latina: el Estado populista, es decir, el “Estado de toda la burguesía”, que favorecía la acumulación de todas sus fracciones (aunque éstas aprovechan desigualmente los beneficios puestos a su alcance). En su lugar, se crea un nuevo Estado, que se preocupa fundamentalmente de los intereses de las fracciones monopólicas, nacionales y extranjeras, y establece, pues, mecanismos selectivos para favorecer su acumulación. (MARINI, 1980, s/p)<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Vale destacar que Marini (1980) concebe o “Estado populista” de maneira diversa do que concebe na mesa redonda “El Estado em América Latina”, onde trata o “Estado Populista” como uma transição do

O domínio da fração de classe monopolística, ligada diretamente ao capital financeiro e às burguesias imperialistas, leva a existência de um Estado dominado por uma pequena fração da classe burguesa que não apenas se contrapõe aos interesses da classe trabalhadora e campesina, mas também aos interesses de diversas frações de classe burguesas propriamente ditas (MARINI, 1980). Essa dinâmica político-social gestada pelas dinâmicas de acumulação do período, leva à necessidade de um Estado forte (visto as grandes tensões oriundas da intensificação dos conflitos intraclasses e interclasses, conforme descrito). A necessidade de um Estado forte soma-se à ideologia contrarrevolucionária para apoiar a dominação da fração de classe monopolística e atender aos interesses dessa fração e dos países imperialistas. Com a ideologia contrarrevolucionária, o sistema de dominação passa a ser determinado/influenciado por uma ideologia que visa eliminar e extirpar os "inimigos", definidos pelo Estado a serviço das frações de classe que exercem hegemonia sobre ele, do *ethos* social (ou seja, tratava-se como inimigo e buscava eliminar todos aqueles que se contrapunham aos interesses e necessidades da classe dominante — as frações burguesas monopolistas nacionais e internacionais); é nesse sentido que temos, para Marini, o Estado de contrainsurgência/Estados militares (MARINI, 1980). Importa ressaltar que, em vista da repressão empregada pelos Estados militares, a luta de classes passa a se processar, na concepção de Marini, por meio de outras instituições que compõem o sistema de dominação (MARINI, 1991).

Apesar de não ter avançado em suas periodizações dos Estados latino-americanos, os escritos mais recentes de Marini apontam para o fato de que este autor reconhecia as transformações que tais Estados vinham sofrendo. A crise do Estado Militar ou do Estado de contrainsurgência se processa no mesmo momento histórico em que observamos a financeirização da economia e a ascensão do neoliberalismo<sup>5</sup>, e que na América Latina se traduz na queda dos regimes militares e nas consequentes instauração de novas democracias liberais.

Dois elementos dessa nova etapa, a qual acreditamos poder denominar de Estado financeiro-neoliberal, são apontados por Marini em seu texto “Sobre o Estado na América

---

Estado oligárquico-burguês ao Estado Burguês nos anos 1930. Nesse sentido, compreendemos que, apesar da nomenclatura distinta, a caracterização do “Estado populista” no texto de 1980 é idêntica à caracterização “Estado Burguês” no texto de 1975. Por este motivo, optamos em manter a tipologia dos Estados realizadas por Marini da maneira expressa neste trabalho.

<sup>5</sup> Sobre isso consultar Amaral (2007, 2012a; 2012b).

Latina”, de 1991. Em primeiro lugar, ao discorrer sobre a luta pela liderança/dianteira dos processos de democratização na América Latina, Marini diz:

Em união com o imperialismo, a burguesia acabou por conseguir seu objetivo. A hegemonia dessa aliança [com as massas] se traduziu na implementação de um projeto de caráter democrático-liberal. Desde o ponto de vista da reconstrução democrática, esse projeto enfatiza o papel do Congresso Nacional, lugar onde a burguesia pode com facilidade obter maioria, diretamente, ou, o que é mais frequente, por meio da elite política a seu serviço. Em relação ao papel do Estado na vida econômica, o projeto burguês-imperialista assume o neoliberalismo, com o fim de adequar a economia latino-americana aos grandes centros, privatizar o capital social que se encontra na esfera pública e limitar a capacidade de intervenção na economia que dispõe o Executivo, seja transferindo parte de suas atribuições ao Congresso Nacional, seja apropriando-se ela mesma (a burguesia) da outra parte, em nome dos supostos direitos da iniciativa privada. (MARINI, 2005 [1991], p. 227)

Entendemos, a partir dos escritos de Marini (1991) e Amaral (2007; 2012a; 2012b), que nessa nova etapa da acumulação, as frações de classe burguesas latino-americanas perdem capacidade/autonomia frente aos capitais financeiros e às burguesias imperialistas, não apenas porque a atual etapa da financeirização impõe dinâmicas de crescente submissão das economias dependentes às economias centrais, mas porque a base produtiva criadas nas economias dependentes passam a ser privatizadas (em especial, em benefício do capital financeiro internacional), destruídas e/ou desestruturadas, vide os processos de desindustrialização enfrentados por diversos países latino-americanos na atualidade (com destaque para o Brasil). A maior submissão das economias dependentes aos capitais internacionais e, conseqüentemente, a maior submissão das frações burguesas nacionais às burguesias imperialistas/financeiras, faz com que o novo tipo de Estado vise atender aos interesses das frações financeiras nacionais e imperialistas, ante os interesses dos demais setores burgueses e sociais.

Além disso, nesse novo tipo de Estado, a submissão das economias/burguesias dependentes às economias/burguesias imperialistas se processa em um sistema de dominação mais potente, distinto daquele observado no Estado de contrainsurgência. Trata-se do sistema de dominação, calcado na ideia de cidadania, característica central das democracias liberais. Essa ideia, expressa na citação anterior, é reforçada com o seguinte escrito de Marini (1991), que faz referência aos acordos relativos aos auxílios financeiros internacionais que são dados com condicionalidades, especialmente pelo Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial:

Ao assinarem os acordos, os governos latino-americanos renunciam a qualquer pretensão de independência na formulação de suas políticas e passam a dispor de um grau de autonomia praticamente nulo. [...] Impõe-se, assim, uma política de reconversão econômica funcional aos objetivos dos grandes centros capitalistas. Nesse marco, nos colocam a obrigação de abastecer esses centros

com matérias-primas e manufaturas de segunda ou terceira classe, às custas do desmonte de nossas estruturas produtivas e de nossos próprios mercados internos, pouco se importando com que isso implique dar as costas à satisfação das necessidades mais elementares de nossa população. Paralelamente, nos obrigam à prática de uma política de privatizações, que transfere nossas empresas - criadas com fundos públicos, fundos que têm sido formados pelos nossos povos com enorme sacrifício - a preços ínfimos para as mãos dos grandes grupos, estrangeiros em sua maioria. Ao Estado fica pouco mais que a função de reprimir as massas para garantir a consecução desses propósitos. (MARINI, 2005 [1991], p. 230)

Essa caracterização dos “tipos” de Estado presentes na América Latina nos permite compreender as três outras características relevantes para se pensar o político na obra de Ruy Mauro Marini, a saber: 1º) a existência de uma relação entre as disputas existentes entre as frações de classes e as dinâmicas de acumulação — como descrevemos, as transformações nas dinâmicas de acumulação tem relação direta com o domínio (ou consenso) entre as frações de classes na América Latina; 2º) nos permite compreender que as transformações nas dinâmicas de acumulação e na força de determinadas frações de classe tem efeitos diretos sobre o sistema de dominação; e que a reprodução da dominação de classe só é assegurada com mudanças, a seu favor, no sistema de dominação — vide a importância da ideologia contrarrevolucionária no caso do Estado de contrainsurgência/Estado militar; e 3º) ao se alterar a hegemonia de classe e o sistema de dominação que a baseia, observamos transformações na luta de classes — como pode ser observado no caso do Estado militar, em que a luta de classes passa a se processar, em grande medida, através das instituições do sistema de dominação e não em confrontações diretas no/com o aparelho estatal (apesar destas também existirem).

Feito este arcabouço teórico e resgate dos escritos de Marini sobre o Estado e sobre a esfera político-social (visto que o sistema de dominação e as ações estatais envolvem ambos), buscaremos, encaminhando para as conclusões, realizar notas e apontamentos sobre o político e social em Marini que poderão auxiliar no desenvolvimento de novas pesquisas.

#### **4. À guisa de conclusão: Notas sobre as esferas política e social no pensamento dependentista de Ruy Mauro Marini**

Ao longo das seções anteriores, buscamos apontar para o fato da esfera política e da esfera social — que compõem, claramente, o que Marini denomina de sistema de dominação — apresentarem importância basilar para a compreensão da situação econômico-dependente (uma vez que as implicações da superexploração e,



consequentemente, da dependência, ultrapassam a esfera econômica) e para o fato destas esferas serem centrais na produção teórica e acadêmica de Ruy Mauro Marini. Conforme observamos, no texto seminal de Ruy Mauro Marini, a Dialética da Dependência, as relações existentes entre o econômico, o político e o social se encontram muitas vezes implícitas, e mesmo nas explícitas — como é o caso do subimperialismo, por exemplo —, estas relações não são exploradas e/ou os pressupostos que baseiam a análise do autor não são explícitos - tal como pode ser observado a partir das discussões sobre o Estado presentes neste trabalho.

Tendo o Estado um papel central nas discussões marxistas sobre a esfera política — e tendo um papel central também na produção de Ruy Mauro —, o presente trabalho buscou, a partir da sistematização e análise das produções de Marini (que conta com centenas de trabalhos, palestra e análises) realizada por Maíra Bichir (2017) em sua tese de doutorado, trazer novas contribuições para a compreensão das inter-relações existentes entre as esferas econômica, política e social no pensamento e desenvolvimentos teóricos de Ruy Mauro Marini. Ao focar na análise de Marini sobre o Estado e as dinâmicas que o envolvem, sendo importante ressaltar as análises específicas sobre as dinâmicas político-econômicas latino-americanas realizadas pelo autor, chegamos a algumas conclusões, que, em nossa compreensão, trazem avanços importantes ao descrito por Bichir (2017; 2018) e que permitem uma maior compreensão das inter-relações existentes entre as esferas políticas, econômicas e sociais na obra de Marini. De maneira geral, chegamos às seguintes conclusões:

1. Para Marini, o Estado constitui-se enquanto um instrumento de dominação de classe, fato esse que aproxima sua compreensão de uma perspectiva marxista-leninista e o coloca em contraposição aos teóricos políticos marxistas que compreendem o Estado em sentido ampliado, tal como Althusser e Poulantzas. Sendo o Estado um aparato burocrático-repressivo, sua importância e centralidade como instrumento de dominação de classe advém da sua capacidade coercitiva e consequente importância para a reprodução das condições pela qual a dominação de classe se processa.
2. Assim como o Estado é central na produção do autor, a ideologia também o é. Para Ruy Mauro, nenhum Estado e nenhuma dominação de classe consegue se manter somente com base na coerção. A existência de instrumentos ideológicos é fundamental para sustentar o domínio da classe dominante sobre a sociedade e

também seu domínio sobre o aparelho estatal. É devido a essa compreensão que o autor desenvolve o conceito de sistema de dominação, compreendido como o conjunto de elementos/instituições pela qual a classe dominante exerce seu poder.

3. Marini compreende que a dominação da burguesia sobre os aparelhos estatais não ocorre sem que se observe disputas intraclasse, isto é, entre as distintas frações de classes burguesas, visto que cada fração de classe busca impor seus interesses específicos de subclasse à totalidade da sociedade (ou, dito de outra maneira, às outras subclasses burguesas e às classes proletárias e camponesas). A existência de disputas intraclasse faz com que a dominação de classe seja mais ou menos efetiva a depender da forma e poder da subclasse que exerce a hegemonia sobre as demais subclasses. Um dos aspectos mais importantes desse fato está presente nas discussões sobre a autonomia relativa do Estado; em essência, entende-se que, quanto maior o consenso entre as distintas frações de classe, maior o domínio exercido pela burguesia; inversamente, quanto maior as disputas entre as distintas frações de classe, menor é esse domínio.

Se os três pontos anteriores fazem referência direta ao papel do Estado e sua relação com as disputas de classes, é importante ressaltar que Marini também teoriza e pensa sobre o político e o exercício do poder; neste trabalho apontamos 3 aspectos importantes do pensamento do autor. Seguindo-se as conclusões deste trabalho temos que:

4. Marini compreende que existe uma relação direta entre as dinâmicas de acumulação e as disputas das frações de classe. Como buscamos demonstrar ao analisarmos a tipologia dos Estados latino-americanos na obra do autor, as disputas (ou consensos) entre as distintas frações de classe tem relação direta com as transformações nas dinâmicas da acumulação de capital. A fração (ou frações) de classe que exercem hegemonia sobre as demais e sobre a sociedade, em geral, são aquelas favorecidas pela dinâmica presentes na acumulação de capital em determinado momento. Vale destacar que estas dinâmicas estão ligadas às condições estruturais presentes em cada Estado; no caso latino-americano, marcado por uma situação de dependência, por exemplo, as frações de classe burguesas se fortalecem ou se enfraquecem a depender dos interesses/necessidades econômicas das burguesias/Estados imperialistas.

5. As transformações nas dinâmicas de acumulação e, conseqüentemente, na hegemonia exercida pelas distintas frações de classe tem efeitos diretos sobre o sistema de dominação: elas não apenas o afetam e o transformam, mas dependem de sua transformação para se reproduzirem. Em outros termos, entende-se que mudanças nas bases materiais e na hegemonia política levam a mudanças na ideologia dominante (ou pelo menos na forma em que essa se manifesta/processa); por sua vez, transformações na ideologia dominante pressionam e levam as instituições a transformar-se, com o objetivo de transformá-las, também, em instrumentos mais adequados ao domínio da fração de classe que exerce a hegemonia em determinado momento. Mas, como apontado por Marini (1976 [1973]) ao falar sobre a revolução, essas transformações não são automáticas e são frutos da continuidade da luta de classes pelas instituições que compõem o sistema de dominação. Aqui tem-se a importância do direito, da cidadania, e de outros instrumentos e instituições relacionados à ideologia.
6. Ao se transformarem as dinâmicas de acumulação, a hegemonia das frações de classe e o sistema de dominação que a baseia, observa-se transformações na luta de classes. Essas transformações podem se dar tanto na forma pela qual ela se processa - via instituições distintas; de maneira mais ou menos direta; etc - e podem afetar sua intensidade - a depender da potência da dominação ideológica.

Essas conclusões nos asseguram a capacidade de realizar alguns apontamentos que consideramos necessários e potentes não apenas para uma maior compreensão das dinâmicas existentes em uma economia dependente - fato este que inclui as esferas políticas e sociais - mas para uma ampliação dos debates sobre a dependência para além das Ciências Econômicas. Defendemos aqui o grande potencial que as discussões e teorizações de Ruy Mauro Marini apresentam para os campos da Ciência Política, das Relações Internacionais, do Direito, da Sociologia, da Ciências Econômicas e da Ciências Sociais, além de outras humanidades.

A partir dos pontos apresentados, buscamos apontar caminhos possíveis para o desenvolvimento de pesquisas que busquem compreender o papel das e as dinâmicas existentes nas esferas política e social nos Estados dependentes e/ou busquem ampliar os debates e contribuir para o desenvolvimento da TMD, especialmente a partir dos escritos de Ruy Mauro Marini. Em nosso entendimento, faz-se necessário desenvolver pesquisas,

a fim de contribuir com a TMD e com o desenvolvimento teórico das concepções de Marini, sobre as seguintes temáticas:

- a. A relação entre classes dominantes e ideologia. Faz-se relevante a construção de pesquisas que buscam apontar, a partir da lógica de sistema de dominação descrita por Marini, a relação direta entre hegemonia de classes, ideologia e dinâmicas de acumulação. Por exemplo, no caso brasileiro, a análise da centralidade de ideologias como a democracia racial no “Estado Burguês” e dos efeitos do racismo na sociedade brasileira e suas relações com a luta de classes no país podem trazer desenvolvimentos teóricos benéficos para a compreensão das distintas dimensões da situação econômico-dependente.
- b. A relação entre os conflitos intraclasse e as dinâmicas de acumulação. Pesquisas neste sentido podem auxiliar na explicação e compreensão, de maneira mais precisa, dos mecanismos pelos quais o Estado busca assegurar a reprodução do capital e a hegemonia de classe, seja nas economias centrais seja nas economias dependentes. Por exemplo, a introdução do interesse de classe e sua hegemonia na análise acerca dos aparelhos estatais pode assegurar uma maior compreensão de fenômenos como o subimperialismo, no caso das economias dependentes que se industrializam, e/ou pode auxiliar-nos a perceber outros mecanismos estatais utilizados para assegurar à burguesia sua dominação sobre as demais classes na sociedade. Nesse sentido, os gastos e investimentos dos Estados nacionais; o regime político adotado (ligado diretamente com a ideologia e o sistema de dominação na percepção de Marini) e a maneira pela qual os recursos são redistribuídos (ou deixam de ser) pelo Estado surgem como elementos a serem pesquisados - como pode ser o caso do sistema tributário, por exemplo.
- c. As relações existentes entre frações de classe burguesas domésticas e burguesias internacionais e a relação dessas com as dinâmicas de acumulação podem ser relevantes para a compreensão da ação de Estados estruturalmente diferentes no nível internacional. Neste sentido, podem surgir, a partir dos métodos e referenciais teóricos marxistas, novas perspectivas sobre a soberania; a política externa; as relações bilaterais e multilaterais; as dinâmicas existentes entre setores domésticos e internacionais e o imperialismo.
- d. As relações entre dinâmicas de acumulação, hegemonia de classes e sistemas de dominação podem servir para o surgimento de novas análises sobre fenômenos

políticos e sociais contemporâneos. Assim, abre-se a possibilidade de analisar os efeitos e as transformações das instituições de acordo com as transformações/tensões dos conflitos intraclasses e interclasses e das dinâmicas de acumulação; de realizar a análise de fenômenos sociais concretos, tal como ocorre com as Jornadas de 2013 e a ascensão da extrema-direita em alguns países latino-americanos (seguindo-se o que é feito por Marini ao discorrer sobre o Estado de contrainsurgência), por exemplo, entre outros.

Esses são alguns dos pontos e aspectos que podem ser trabalhados a partir das teorizações de Ruy Mauro Marini sobre as esferas política e social. É claro que eles não esgotam a potencialidade que essas teorizações trazem para novas pesquisas e desenvolvimento teóricos dentro da TMD, especialmente aquela que parte dos escritos de Marini. Encerramos este texto reforçando a recomendação de construção de agendas de pesquisa que visem, a partir das construções teóricas de Marini, compreender fenômenos políticos e sociais que se relacionem com as dinâmicas de acumulação nos países centrais e nos países dependentes.

### Referências Bibliográficas

AMARAL, Marisa Silva. **Teorias do Imperialismo e da Dependência**: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo. 2012. 161f. Tese (Doutorado em Economia das Instituições e do Desenvolvimento) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012a.

AMARAL, Marisa Silva. Uma nova fase do capitalismo e um novo padrão de dependência na América Latina: elementos para uma investigação. In: GALVÃO, Andréia; AMORIN, Elaine; GOMES e Souza, Júlia; GALASTRI, Leandro (org.). **Capitalismo**: crises e resistências. São Paulo: Outras Expressões, 2012b, p. 63-83.

AMARAL, Marisa Silva. Neoliberalismo na América Latina e a nova fase da dependência. V **Colóquio Internacional Marx e Engels**, 2007.

BICHIR, Maíra Machado. **A questão do Estado na Teoria Marxista da Dependência**. 2017. 205f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

BICHIR, Maíra Machado. Aportes de Ruy Mauro Marini ao debate sobre o Estado nos países dependentes. **Caderno CRH**, v. 31, n. 84, p. 535–553, set. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/cqQ7hBWtRNkVGn7CrGLvRTp/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em 25 de mai. de 2023.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e alternativas de desenvolvimento”. In: **Anais do IV Colóquio Latino-americano de Economistas Políticos**, 31 de outubro a 2 de novembro. São Paulo

MARINI, Ruy Mauro. **Alianzas y compromisos en la democracia socialista**. Ponencia presentada en el encuentro continental celebrado en Managua, Nicaragua (12-15 de julio de 1987). Publicada en *Crisis y alternativas revolucionarias en América (I)*, Editorial Compañero, Montevideo, Uruguay, 1987. Disponível em: <https://marini-escritos.unam.mx/?p=1037>>. Acesso em: 25 de mai. de 2023.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. **Germinal: Marxismo e educação em debate**, v. 9, n. 3, p. 325–356, 2017 [1973]. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/24648>>. Acesso em: 25 de mai. de 2023.

MARINI, Ruy Mauro, et al. El Estado en América Latina (mesa redonda). **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, n. 82, p. 9-47, octubre-diciembre, 1975. Disponível em: <<https://www.revistas.unam.mx/index.php/rmcyps/article/view/80225>>. Acesso em 23 de mai. de 2023.

MARINI, Ruy Mauro. Estado y crisis en Brasil. **Cuadernos Políticos**, n. 13, Ediciones Era, México, p. 76-84, julio-septiembre, 1977b. Disponível em: <<https://marini-escritos.unam.mx/?p=1305>>. Acesso em 23 de mai. de 2023.

MARINI, Ruy Mauro. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. **Cuadernos Políticos**, n. 12, Ediciones Era, México, abril-junio, 1977a. Disponível em: <<https://marini-escritos.unam.mx/?p=1294>>. Acesso em: 23 de mai de 2023.

MARINI, Ruy Mauro. La cuestión del Estado en las luchas de clases en América Latina. **Cuaderno 44**, Serie Avances de Investigación, Centro de Estudios Latinoamericanos, Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, UNAM, México, 1980. Disponível em: <<https://marini-escritos.unam.mx/?p=2908>>. Acesso em: 23 de mai. de 2023.

MARINI, Ruy Mauro. La pequeña burguesía y el problema del poder. **El reformismo y la contrarrevolución. Estudios sobre Chile**, Serie Popular, Ediciones Era, México, 1976. Publicado originalmente en *Pasado y Presente*, año IV, número 1, (nueva serie), Buenos Aires, abril-junio de 1973. Disponível em: <<https://marini-escritos.unam.mx/?p=1232>>. Acesso em: 25 de mai. de 2023.

MARINI, Ruy Mauro. Sobre a Dialética da Dependência [1973]. In: TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João P. (Orgs.). **Ruy Mauro Marini, vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 181-194

MARINI, Ruy Mauro. Sobre o Estado na América Latina [1991]. In: TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João P. (Orgs.). **Ruy Mauro Marini, vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 225-235

TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João (Orgs.). **Ruy Mauro Marini, vida e obra**. 1ª edição. São Paulo, Expressão Popular, 2005.